



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Anexo I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de 01 (um) balcão stand em mdf, na cor branco**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência, sendo com as seguintes características:
- a)** Largura 81,3 cm x Altura 208 cm x profundidade 40 cm;
  - b)** A medida da testeira é de 80 cm x 30 cm;
  - c)** Com rodízios giratórios (360º) com no mínimo 4 (quatro) rodízios que suportem 10Kg cada.
- 1.2. CÓDIGO SIASG: 18155**
- 1.3. Natureza do Objeto:** aquisição de bens.
- 1.4. Prazo do contrato e Prorrogação:** por se tratar de entrega imediata, está dispensado contrato.

##### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de aquisição de um balcão/stand me MDF, com as medidas e características informadas no item 1.1, para a área de Inovação e Sustentabilidade, em sua Coordenadoria e Seções, com a finalidade de demarcação de espaço a ser ocupado em eventos promovidos ou apoiados pelo TRE-PR.

##### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

**3.1. Das obrigações da contratada:**

- 3.1.1.** A contratada deverá obedecer rigorosamente a legislação ambiental vigente;
- 3.1.2.** Os produtos/materiais entregues deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente;
- 3.1.3.** Na entrega serão verificadas especificações conforme descrição do item 1.1, os prazos de validade e o estado de conservação da(s) embalagem(s).

**3.2. Das demais obrigações da contratada:**

- 3.2.1.** Os produtos deverão ser novos e de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 3.2.2.** Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR;

- 3.2.3. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto ora contratado;
- 3.2.4. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas nesta contratação até o adimplemento total da contratação.

#### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1. Sustentabilidade:** devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
- b) Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**4.2. Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.3. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física.

**4.4. Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

#### 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1. Condições de entrega:** o prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de aceite do empenho.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.2. Do local de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 12h às 19h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS, nos telefones (41) 3330-8479.

**5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica:** o prazo de garantia contratual dos bens deverá ser de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, considerando o início o primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto pelo Contratante após a emissão da nota fiscal.

5.3.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.3.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do bem.
- 5.3.10. O custo referente ao transporte do bem coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.4.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.5.** O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.5.1.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas, para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. Do recebimento provisório:** os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (05) dias úteis, por servidor(a) da Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.2. Do recebimento definitivo:** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório ou técnico, caso haja, pela pelo(a) gestor(a), após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. Dos bens rejeitados:** O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.1.** A não retirada do bem rejeitado no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.2.** O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.
- 7.4. Forma de pagamento:** o pagamento será processado de modo parcela única.

## **8. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

- 8.1.** A presente contratação não envolve compartilhamento de dados pessoais.
- 8.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.3.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total da contratação.
- 8.4.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da

execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social - SGSARS, por meio do telefone (041) 3330-8479 ou pelo e-mail [sgsars@tre-pr.jus.br](mailto:sgsars@tre-pr.jus.br).